

Notícias Sindicais, 18/07/14

Monitor Mercantil, 18/07/14

Transpetro esclarece sobre o Eisa

A propósito de nota da coluna Primeira Linha sobre o Estaleiro Eisa, a Transpetro envia os seguintes esclarecimentos:

- 1) A companhia não possui navios em construção no Estaleiro Ilha S/A (Eisa) nem contratos celebrados com a referida empresa;
- 2) A Transpetro possui contratos de compra e venda de navios vigentes com uma Sociedade de Propósito Específico, distinta do Estaleiro Ilha S/A (Eisa), criada para a construção dos navios do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) no Rio de Janeiro;
- 3) As obras de construção desses navios seguem normalmente, não tendo sido afetadas por nenhuma ocorrência relativa ao Estaleiro Ilha S/A (Eisa).

Portal da CUT

Trabalhadores terceirizados da construção do Polo Petroquímico do Sul fecham convenção coletiva

17/07/2014

Pauta foi aprovada em assembleia com 98% da categoria

Escrito por: Sindiconstrupolo

Depois de várias reuniões entre o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Triunfo (SINDICONSTRUPOLO) e o sindicato patronal, foi fechada a convenção coletiva 2014/2015 dos trabalhadores terceirizados do Polo. A proposta apresentada ao Sindicato, no último dia 3, foi aprovada em assembleia no dia 4, com participação de 98% da categoria.

As conquistas, retroativas à data-base 1º junho, são 8% de reajuste salarial, 20% de aumento no vale alimentação, que passa para R\$ 300,00, abono total nos dias de jogos da Copa do Mundo, além de 100% de horas extras, conquistados em junho.

É importante que qualquer descumprimento do que conquistamos seja imediatamente denunciado ao Sindicato. É somente conhecendo os problemas que ocorrem com a categoria que o Sindicato tem condições de agir para resolvê-los.

Agência Brasil, 17/07/14

Geração de empregos em junho fica abaixo do esperado pelo governo

Aline Leal - Repórter da Agência Brasil Edição: Nádia Franco

Em junho, mês em que teve início a Copa do Mundo no Brasil, foram gerados no país 25.363 empregos no país, segundo dados divulgados hoje (17) pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O resultado é o menor para o mês nos últimos 16 anos. Por motivos sazonais, a agricultura foi o setor que mais gerou empregos no mês, 40.818 novas vagas.

Ao divulgar os números do Caged, o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, disse que a nova previsão de geração de emprego para este ano é 1 milhão de novas vagas, número inferior ao esperado até o mês passado, 1,4 milhão.

O aumento no número de postos de trabalho em junho representa um crescimento de 0,06% em relação ao de maio. Em junho do ano passado foram geradas 123.836 vagas. O total de admissões em todo o país no último mês foi 1.639.407 e de desligamentos, 1.614.044. No acumulado do ano, houve expansão de 1,45% no nível de emprego, o que equivale a 586.671 postos de trabalho.

O ministro disse que o governo esperava melhor resultado, mas que, a partir de agosto, os números deverão ser mais expressivos na geração de postos de trabalho. "Certamente, vamos recuperar, a partir de agosto."

Segundo o ministro, o número abaixo do esperado deve-se ao comportamento da indústria, setor que registrou em junho queda de 0,34% no número de novas vagas em relação ao mês anterior.

Portal da CTB

Senado aprova regras para funcionamento de farmácias e drogarias

Os senadores aprovaram nesta quarta-feira (16), em votação simbólica, o projeto que regulamenta o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. O PLS 41/1993, apresentado em março de 1993 pela então senadora Marluce Pinto, tramitou na Câmara por cerca de 20 anos, sendo aprovado em forma de substitutivo pelos deputados no início deste mês. A matéria segue agora para sanção presidencial.

Pelo texto do substitutivo do deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP), confirmado no Senado, a farmácia se torna uma "unidade de prestação de serviços para assistência à saúde e orientação sanitária individual e coletiva", deixando de ser um simples estabelecimento comercial.

O texto também estabelece a exigência da presença permanente de um farmacêutico, tecnicamente habilitado e exclusivo durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento, diferentemente do proposto em 1993, que permitia a presença de oficiais ou auxiliares de farmácia para a assistência técnica.

Apoio unânime - O projeto teve aprovação de senadores de todos os partidos. A relatora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que é farmacêutica e deu parecer favorável à aprovação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), destacou que a proposta também foi apoiada pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF). "Vivemos hoje um dia histórico. O medicamento é importante, mas a população também precisa do farmacêutico presente", disse.

Classificação

O projeto altera a Lei 5.991/1973, conhecida como Lei do Controle Sanitário do Comércio de Drogas e Medicamentos, que atualmente exige a presença de "técnico responsável inscrito no Conselho Regional de Farmácia", durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento. Além disso, admite a substituição por "prático de farmácia" ou "oficial de farmácia", em localidades onde falte o profissional exigido.

A proposta classifica ainda os estabelecimentos de acordo com sua natureza: as drogarias são os estabelecimentos de dispensação e comércio de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais. Já as farmácias de manipulação, além das atribuições das drogarias, terão competência privativa para o atendimento de unidades de saúde.

O texto também permite que as farmácias de qualquer natureza possam vender vacinas e medicamentos que atendam o perfil epidemiológico – as doenças mais comuns, endêmicas ou de epidemias – de sua região demográfica.

Fonte: Agência Senado

Portal da CTB

Acordo garante 8,71% de reajuste aos metalúrgicos da Bahia

Os metalúrgicos podem comemorar. O reajuste de 8,71%, retroativo a 1º de julho, beneficia toda a categoria. O acordo foi fechado ano passado e vale até 2015. Além de evitar perdas, com a instabilidade da economia, o acordo garante ganhos econômicos nesse período.

Além do reajuste salarial, a categoria também recebe auxílio creche, no valor de R\$ 190,24. O triênio ficou em R\$ 44,19 (em empresas com até 200 funcionários) e R\$ 48,43 (acima de 200). Já o quinquênio é de R\$ 88,38 (até 200) e R\$ 96,86 (acima de 200).

Todas as outras cláusulas da Convenção Coletiva foram mantidas. Segundo a Fetim (Federação dos Metalúrgicos da Bahia), o acordo é muito importante para assegurar o crescimento do poder de compra da categoria. Um grande avanço para os metalúrgicos. "Como a Convenção Coletiva engloba as questões mais gerais da categoria, a prioridade agora são os acordos específicos, sobre temas que dizem respeito à cada empresa ou setor de metalurgia. Os sindicatos de base vão intensificar ainda mais essa luta", diz Aurino Pedreira, presidente da Fetim e da CTB/BA.

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia

Portal Mundo Sindical

Carteiros de Vilhena, RO, entram em greve e pedem contratações

Os funcionários dos Correios de Vilhena (RO), município distante 700 quilômetros de Porto Velho, entraram em greve por tempo indeterminado. A categoria pede contratação de mais carteiros, pois atualmente, segundo o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos do Estado de Rondônia (Sintect-RO), existem 18 distritos para serem atendidos, porém existem apenas 15 carteiros para a entrega das 9 mil correspondências que a cidade recebe por dia.

O representante do Sintect-RO no município Alessandro de Matos Ribeiro explica que os carteiros estão sobrecarregados. "A gente acaba tendo que trabalhar mais e fazendo hora extra. Por isso decidimos fazer uma greve na unidade local", explica. De acordo com ele, os 30% dos servidores dos Correios continuam trabalhando, conforme recomendação da justiça. O sindicato estima que apenas 1 mil correspondências estão sendo entregues diariamente desde que a paralisação começou, na segunda-feira (14).

Segundo o sindicato, a reivindicação é por contratações para o quadro de funcionários. "Estamos pedindo, por hora, apenas mais três pessoas, nada mais que isso. Nossa reivindicação é por falta de funcionários. Hoje para se dizer, dos 15 carteiros, estamos em efetivo diário com média de dez pessoas", afirmou Alessandro.

A agência dos Correios continua funcionando normalmente para pagamento de contas e despacho de correspondências.

Fonte: Jonas Boni/G1 - 17/07/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato dos Metroviários participa de Ato pelas Liberdades Democráticas na sexta-feira

O Sindicato dos Metroviários de São Paulo é um dos organizadores do Ato Político pelas Liberdades Democráticas, que será realizado na sexta-feira (18 de julho), às 18h, no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo.

O objetivo do evento é denunciar e combater a crescente onda de restrição às liberdades democráticas que ocorre em todo o País, com prisões políticas, demissão de trabalhadores em greve e violação do direito de manifestação.

Um dos casos mais graves foi a demissão de 42 metroviários, que participaram de uma greve no início de junho em São Paulo. Dois deles já retornaram aos seus locais de trabalho. Os outros continuam sua luta pela readmissão, enfrentando a truculência do governador Geraldo Alckmin (PSDB).

Entre as várias organizações que participarão do Ato Político estão o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), MPL (Movimento Passe Livre), Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão, Advogados Ativistas e o Comitê de Solidariedade à Luta do Povo Palestino.

O evento também contará com a participação do deputado estadual Adriano Diogo (PT), da vereadora Juliana Cardoso (PT) e da central sindical CSP-Conlutas, além de outras entidades sindicais e da juventude.

O endereço da Câmara Municipal é viaduto do Jacaré nº 100, 8º andar, Bela Vista.

Fonte: Sindicato dos Metroviários de SP - 17/07/2014

Portal Mundo Sindical

Reunião no TRT nesta sexta tenta pôr fim à greve dos rodoviários do DF

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) marcou uma audiência de conciliação entre representantes do Sindicato dos Rodoviários e das empresas de ônibus Pioneira, Marechal e São José para as 17h30 desta sexta-feira (18) para tentar pôr fim à greve da categoria.

Nesta quinta-feira (17), o juiz André Damasceno negou liminar requerida pelas empresas pedindo que fosse determinada a imediata suspensão da greve. Para as empresas, a paralisação é ilegal. Em sua decisão, Damasceno argumentou para negar a liminar que a greve não é geral e que foi motivada pelo não pagamento de salários.

Motoristas e cobradores iniciaram uma greve na terça-feira para cobrar o pagamento do reajuste salarial de 20% acordado em junho. Segundo o Sindicato dos Rodoviários, o reajuste deveria beneficiar cerca de 11 mil trabalhadores, que teriam aumento de 20% no salário, 20% no ticket-alimentação e 40% na cesta básica.

As empresas em greve são responsáveis por três das cinco bacias do sistema de transporte coletivo e atendem diariamente 320 mil pessoas. A falta de ônibus atinge 15 das 30 regiões administrativas, e há 1,6 mil coletivos a menos rodando na cidade. As cooperativas Riacho Grande e a Cootarde, que também foram afetadas pela greve, fizeram o repasse ainda na quarta.

A assessoria das empresas disse que havia um acordo inicial de que o valor a mais só seria pago 24 horas após a homologação da tarifa técnica - subsídio passado pelo governo para custear passagens - o que não ocorreu.

O secretário de Transportes, José Valter Wazquez, criticou a postura de empresários e rodoviários e afirmou ter esta quinta como data-limite para encerrar a greve. Ele discute com empresários do setor uma solução para a greve em reunião que teve início às 9h e que não havia sido concluída até as 13h. Ao G1, o secretário não descartou a possibilidade de o GDF recorrer à Justiça caso não haja um acordo para pôr fim à greve.

Fonte: G1 - 17/07/2014

Portal Mundo Sindical

Em SP, Metalúrgicos abrem negociação. Bancários e petroleiros preparam campanhas

A primeira reunião entre a Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da CUT (FEM-CUT) em São Paulo e o Grupo 3, que reúne os setores de autopeças, forjaria e parafusos, foi cordial, com os primeiros relatos de dificuldades. Os representantes das empresas expuseram uma situação negativa, mas mesmo assim os sindicalistas apostam em um bom acordo, com aumento real (acima da inflação), como nos anos anteriores. O grupo patronal abrange aproximadamente 51,5 mil dos 215 mil metalúrgicos na base cutista no estado. A data-base é 1º de setembro.

Esse item, inclusive, virou pauta das empresas, que reivindicaram a mudança do período de negociação para junho. "Há uma melhor possibilidade de fazer uma previsão de como será o ano econômico", disse o coordenador da bancada patronal, Drausio Rangel. "Lutamos muito para unificar (a data-base em setembro)", refutou o presidente da FEM-CUT, Valmir Marques da Silva, o Biro-Biro. Da mesma forma, as empresas rejeitam a reivindicação de redução da jornada de 44 para 40 horas semanais. "Achamos que não há possibilidade nenhuma de atender, à medida que isso representa um custo na produção", comentou Rangel.

Para o dirigente da federação, o discurso é habitual no início da negociação. "A gente sabia que haveria uma certa reclamação do setor patronal. Todos os anos, independentemente da condição econômica, sempre houve essa reclamação", observa. "Mesmo com as dificuldades, estamos na expectativa de uma boa campanha." Biro-Biro observa que, de 18, 20 acordos no setor metalúrgico no primeiro semestre tiveram aumento real. Agora, há alguns fatores favoráveis, como a retomada do acordo Brasil-Argentina no setor automobilístico e a extensão do IPI reduzido até o fim do ano, além da expectativa positiva para o financiamento para aquisição de caminhões pelo BNDES, via PSI-Finame.

"Fizemos um panorama das dificuldades que as empresas de autopeças estão enfrentando neste momento", afirma o negociador do Grupo 3, citando fatores como baixo crescimento, inflação alta, retração do consumo e queda nas vendas do setor automobilístico. "Isso nos deixa bastante vulneráveis. É um ano difícil."

O fato de este ano só serem negociadas cláusulas econômicas (as sociais valem até 2015) pode acelerar as negociações, acredita o sindicalista. Foram marcadas mais três reuniões, a primeira na próxima terça-feira (22). No total, os metalúrgicos da CUT entregaram pauta para seis bancadas patronais. A base da Força Sindical tem data-base em 1º de novembro.

Bancários e petroleiros

Também com data-base em setembro, bancários e petroleiros estão preparando suas campanhas salariais. A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) realizará congresso dos dias 25 a 27 deste mês, em Atibaia, interior paulista. Já a Federação Única dos Petroleiros (FUP) tem congresso marcado para 14 a 17 de agosto, em Natal. Nos dois casos, a negociação é nacional.

Fonte: Vitor Nuzzi/RBA - 17/07/2014

Portal da CUT

Parcerias vão viabilizar reforma da Escola Sindical 7 de Outubro

17/07/2014

Instalações serão modernizadas para proporcionar mais conforto nas atividades político-pedagógicas

Escrito por: Rogério Hilário/CUT-MG

Uma equipe técnica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) apresentou na noite de terça-feira (15), no auditório da Central Única dos Trabalhadores (CUT-MG), em Belo Horizonte, um projeto de reforma geral da Escola Sindical 7 de Outubro. As obras vão modernizar e revitalizar as instalações da escola, que completa 27 anos em agosto. A reforma dará mais conforto e comodidade aos usuários, tanto em termos de hospedagem quanto em atividades, sejam cursos, palestras, plenárias e outros quaisquer eventos.

O projeto foi elaborado a partir de uma vistoria no local e de entrevistas com funcionários, que serão novamente ouvidos pela equipe técnica. A reunião de terça-feira serviu também para aprimorar ainda mais a proposta de reforma com sugestões dos principais usuários da escola, os sindicatos, a CUT-MG, as CUTs Regionais, federações, confederações e demais entidades, movimentos políticos e sociais.

Assistiram à apresentação e participaram de um debate sobre o projeto a presidenta da CUT-MG, Beatriz Cerqueira; o secretário de Administração e Finanças da CUT Nacional, Quintino Severo e seu assessor, Marcos Tresmondi; o secretário-geral Jairo Nogueira Filho; o vice-presidente Carlos Magno de Freitas; o secretário de Formação Carlos Henrique de Melo; a secretária de Organização e Política Social, Lourdes Aparecida de Jesus Vasconcelos; o secretário de Administração e Finanças, Carlos Alberto de Freitas; a secretária de Política Sociais, Lionete dos Santos Pires; o secretário de Relações do Trabalho, Marcos de Jesus Leandro; o secretário de Comunicação, Neemias Rodrigues; além de dirigentes de sindicatos, de federações, confederações e CUTs Regionais.

O coordenador da Escola Sindical 7 de Outubro, Antônio Carlos Hilário, e o assessor da Coordenação, Carlos Sacramento, ressaltaram que, além da UFMG, outros parceiros viabilizarão a execução das obras. "A parceria com a equipe da UFMG, que conhece bem a escola, foi um grande avanço. A proposta vai além de uma simples reforma. Procuramos agregar valores dentro dos campos em que trabalhamos", disse Antônio Carlos Hilário.

A equipe técnica da UFMG, coordenada pelo professor Francisco de Paula Antunes Lima, é formada também pela designer de ambientes e arquiteta Iara Castro e pela arquiteta Viviane Zertolini Lima. Especialista em engenharia de produção e projeto de conexões, Francisco Lima afirmou que eles procuraram repensar o uso dos espaços da Escola 7 de Outubro e proporcionar mais conforto e funcionalidade.

“Com o projeto, nos preocupamos com mais conforto em relação aos ruídos da rua, melhorar a iluminação dos ambientes, organizar melhor os espaços. Propusemos mobiliário mais moderno, tanto das áreas de palestras, oficinas quanto nos quartos e equipamentos novos para a cozinha.

Desta forma, o público pode ser mais bem atendido, com o melhor aproveitamento dos espaços. O refeitório, por exemplo, teria mais mesas e duas áreas de acesso, que facilitariam e agilizariam a circulação de pessoas”, disse a arquiteta Iara Castro. O projeto apresentado pela equipe técnica da UFMG prevê a realização das obras com a escola em plena atividade.

Histórico

A Escola Sindical 7 de Outubro foi fundada em 29 de agosto 1987 a partir da iniciativa da CUT e da decisiva cooperação dos trabalhadores italianos, através da Federação Italiana Metalúrgica - FIM, vinculada à Central Italiana de Sindicatos de Trabalhadores CISL - ISCOS.

Sua constituição é o resultado das articulações de diversas iniciativas dos movimentos sociais organizados em Minas Gerais, que desde a década de 70 tinham como perspectiva a implementação de instituições, que pudessem apoiar os processos de formação política dos trabalhadores.

A decisão de implantar a Escola Sindical na Região Industrial justificou-se, primeiramente, por ser essa região um polo industrial importante e, por isso, reunir parte dos sindicatos que estariam ligados à Escola, demandando a organização de cursos e infraestrutura de apoio para suas atividades.

Além disso, essa região é reconhecida pela história de luta dos movimentos sociais, aí organizados. Durante a década de 70, foi o palco de grandes manifestações reivindicatórias, de movimentos políticos, comunitários e religiosos.

Outro elemento importante foi a instalação da FIAT Automóveis nas imediações, pois despertou o interesse do movimento sindical italiano para uma ação internacional de cooperação entre os trabalhadores e, em especial, com a CUT, uma central sindical nascida da rearticulação do sindicalismo classista e combativo brasileiro.

A Escola Sindical nasceu com uma proposta nova de formação do cidadão trabalhador que considera todos os aspectos de sua vida como o lazer, a cultura, a educação. Ela propõe uma nova metodologia para realizar formação política, utilizando a arte, a música e a literatura, em seus diversos formatos, como recursos pedagógicos.

Hoje, após quase 30 anos, a escola consolidou-se como referência na área sindical, em nível nacional e internacional e tem ampliado sua atuação para o atendimento à formação nos aspectos mais amplos da cidadania, como a educação para adultos e a formação profissional e sindical.

Seu objetivo central é a formação integral dos sindicalistas, que compartilham o ideário da CUT, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento de suas potencialidades enquanto indivíduos, trabalhadores, representantes sindicais e cidadãos.

Essa experiência e esse compromisso se traduz num trabalho pedagógico inovador, baseado em programas de formação, entendidos como percursos articulados de pesquisa, debate e ensino a partir dos eixos temáticos priorizados pelo movimento sindical.

Portal Gestão Sindical

A fonte de poder do latifúndio da informação

16/07/2014 por RBA- Rede Brasil Atual

Escrito por Lalo Leal

Em aula recente, na Escola de Governo de São Paulo, illustrei o tema da padronização das informações oferecidas pela mídia com manchetes idênticas estampadas pelos três jornalões brasileiros (Globo, Estadão e Folha). O tema era a fala do ex-presidente Lula no Encontro Nacional de Blogueiros. De um discurso de mais de uma hora, com análises da conjuntura, aqueles e outros veículos, como Correio Braziliense, O Dia, Exame e o portal G1, resolveram destacar, de forma truncada, uma referência do ex-presidente à forma do torcedor chegar aos estádios de futebol.

Lembrei que o blogueiro Eduardo Guimarães se fez passar por um cidadão desinformado para constatar, com alguns repórteres, qual seria a linha adotada em conjunto para a cobertura do encontro. O diálogo foi rápido: “Lula é sempre notícia, né?”, comentou Eduardo com um repórter. A resposta: “Notícia cabeluda. Dá um trabalho danado”. “Por quê?”, quis saber o blogueiro. “A gente tem de achar a ‘pauta certa’”, informou o jornalista.

Presentes à aula, jornalistas não se contiveram e fizeram questão de deixar claro que não havia nenhuma novidade nisso. Combinar linhas de cobertura, com o cuidado para que os destaques sejam semelhantes, é mais comum do que se imagina. Trata-se da luta em defesa da sobrevivência profissional. Os alunos explicaram: ao dar ênfases iguais a um determinado aspecto do assunto que está sendo coberto, os jornalistas evitam possíveis cobranças ou mesmo punições das chefias. Livram-se de comparações, atendem ao esperado pelos patrões e seguram o emprego.

Lembrei também do coronelismo midiático, um dos mais perversos desdobramentos do coronelismo brasileiro, gestado com a criação da Guarda Nacional, no século 19, ainda na Regência, e presente até hoje em nossa sociedade. Victor Nunes Leal, no livro *Coronelismo, Enxada e Voto*, mostra como os coronéis do império souberam acompanhar a urbanização do país, mantendo seus latifúndios agrários, mas enviando filhos e genros para se tornarem "doutores" nas cidades, estendendo nelas o poder conquistado na fazenda.

Não é por acaso que até hoje os herdeiros gostam de ser chamados de doutores, sem nunca terem defendido uma tese de doutorado. Parte deles controla os latifúndios midiáticos, fonte moderna de poder.

O que distingue um e outro latifúndio não está no seu controle, mas na mão de obra utilizada e no produto obtido. A mercadoria produzida no campo esgota-se no seu consumo e a margem de independência do trabalhador na sua realização beira o zero. No latifúndio midiático, o produto permanece vivo no consumidor mesmo depois do seu consumo. Por vezes pelo resto da vida, pois tratam-se de bens simbólicos inculcados em corações e mentes.

Essa característica do produto jornalístico sempre deu ao trabalhador da área uma margem de ação própria, inexistente para o trabalhador rural. Na década de 1980, dizia-se que eram brechas a serem ocupadas pelo jornalista comprometido com a verdade. Só que a concentração dos meios de comunicação, o controle ideológico das redações e o estabelecimento das pautas comuns estreitou ao máximo aquelas "brechas" equiparando, muitas vezes, as margens de liberdade do jornalista às do trabalhador rural.

Ampliou-se também o número e o poder dos capatazes no latifúndio moderno, profissionais bem pagos para não apenas controlar os trabalhadores, mas para dar voz às ideias e posições políticas dos seus patrões. Apesar desse quadro cada vez mais rígido, não notei nos alunos da Escola de Governo sinais de resignação. Ao contrário, mostraram-se conscientes da situação e defenderam a possibilidade de atuar nos resquícios das brechas ainda existentes.

Só o fato de procurarem um curso como aquele para a discussão de temas desprezados pela mídia mostra que, apesar de todo o cerco em torno da prática jornalística, a resistência existe e pode, no futuro, resultar na volta de modelos de informação menos comprometidos com os interesses dos latifundiários, antigos e modernos.

Brasil Econômico, 18/07/14

Microsoft eliminará 18.000 postos de trabalho em um ano

Maior parte dos cortes é decorrente da integração com a Nokia. Demissões representam 14% do total de funcionários da empresa

A Microsoft anunciou nesta quinta-feira que suprimirá 18.000 postos de trabalho em todo o mundo no próximo ano, a maioria em consequência da integração da unidade Nokia, adquirida este ano.

Um comunicado da empresa destaca que a decisão é parte de um "plano de reestruturação para simplificar as operações e alinhar os sistemas da Nokia e os serviços de negócios à estratégia geral da empresa".

O corte representa quase 14% do total de funcionários da Microsoft, que chega a 127.000. A empresa contabilizará 1,1 bilhão de dólares para os custos das demissões.

O diretor executivo Satya Nadella afirma em um e-mail enviado aos funcionários que as "difíceis, mas necessárias" demissões são parte de um plano para que a empresa adote uma nova direção estratégica.

"A primeira etapa para construir a organização apropriada para nossas ambições é realinhar nossa força de trabalho. É importante destacar que, apesar de estarmos eliminando cargos em algumas áreas, estamos somando postos em outras áreas estratégicas", completa.

A Microsoft completou a aquisição da unidade telefônica da Nokia em abril, em uma operação que fortaleceu sua posição no setor de telefonia celular, ao custo de 7,5 bilhões de dólares.

Organizado por Ernesto Germano